

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da MAPFRE Affinity Seguradora S.A. - "em aprovação" (anteriormente denominada "MARES - MAPFRE Riscos Especiais Seguradora S.A.") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas do Parecer Atual, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. Em 2011 a Seguradora apresentou prémios emitidos líquidos de R\$ 704,1 milhões, representando um incremento de 213,9% sobre exercício de 2010. O resultado líquido foi de R\$ 51,1 milhões (103,6% de incremento sobre 2010). Este desempenho decorre principalmente pela transferência da carteira de seguros de vida da MAPFRE Vida S.A. "em aprovação" (anteriormente denominada MAPFRE Vera Cruz Vida e Previdência) para a Seguradora, conforme

## BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	Nota	2011	2010
<b>Ativo Circulante Disponível</b>		<b>762.183</b>	<b>164.432</b>
Caixa e bancos		2.896	2.539
<b>Aplicações</b>	<b>5</b>	<b>184.691</b>	<b>60.519</b>
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>		<b>217.296</b>	<b>41.502</b>
Prêmios a receber	7	169.143	18.481
Operações com seguradoras		2.733	1.867
Operações com resseguradoras		12.992	12.773
Outros créditos operacionais		32.428	8.381
<b>Ativos de resseguro</b>		<b>266</b>	<b>256</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>79.700</b>	<b>58.680</b>
Títulos e créditos a receber		78.856	58.021
Créditos tributários e previdenciários	16	37	35
Outros créditos		807	624
<b>Outros valores e bens</b>		<b>385</b>	<b>335</b>
<b>Despesas antecipadas</b>		<b>1</b>	<b>1</b>
<b> Custos de aquisição diferidos</b>		<b>276.948</b>	<b>600</b>
Seguros		276.948	600
<b>Ativo não circulante</b>		<b>226.571</b>	<b>79.014</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>225.873</b>	<b>76.840</b>
<b>Aplicações</b>	<b>5</b>	<b>133.602</b>	<b>31.128</b>
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>		<b>4.225</b>	<b>4.225</b>
Prêmios a receber	7	4.225	4.225
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>69.724</b>	<b>41.487</b>
Títulos e créditos a receber		256	256
Créditos tributários e previdenciários	16	24.481	14.896
Depósitos judiciais e fiscais	13	44.987	26.335
<b>Custos de aquisição diferidos</b>		<b>18.322</b>	<b>-</b>
Seguros		18.322	-
<b>Investimento</b>		<b>198</b>	<b>2.006</b>
Participações societárias		170	194
Imóveis destinados à renda		28	1.812
<b>Imobilizado</b>		<b>153</b>	<b>168</b>
Bens móveis		134	144
Outros imobilizações		19	24
<b>Intangível</b>		<b>347</b>	<b>-</b>
Outros intangíveis		347	-
<b>Total do ativo</b>		<b>988.755</b>	<b>243.446</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2011	2010
<b>Passivo Circulante</b>		<b>545.097</b>	<b>96.847</b>
<b>Contas a pagar</b>		<b>28.667</b>	<b>8.806</b>
Obrigações a pagar		15.110	1.901
Impostos e encargos sociais a recolher		1.896	64
Encargos trabalhistas		49	58
Outras contas a pagar		7.653	5.914
<b>Debêntes de operações com seguros e resseguros</b>		<b>82.192</b>	<b>7.094</b>
Operações com seguradoras		1.821	1.821
Operações com resseguradoras		3.658	223
Corretores de seguros e resseguros		75.180	6.468
Outros débitos operacionais		1.533	43
<b>Depósitos de terceiros</b>		<b>8</b>	<b>4.756</b>
<b>Provisões técnicas - seguros</b>	<b>9</b>	<b>429.482</b>	<b>79.270</b>
Danos		152.906	28.222
Vida individual		276.576	51.048
<b>Passivo não circulante</b>		<b>44.208</b>	<b>26.253</b>
<b>Outros débitos</b>		<b>44.208</b>	<b>26.253</b>
Provisões judiciais	13	44.208	26.253
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>14</b>	<b>399.450</b>	<b>120.340</b>
Capital social		88.359	88.359
Aumento de capital social em aprovação		296.715	-
Reservas de reavaliação		857	857
Reservas de lucros		39.552	31.300
Ações em tesouraria		(26.033)	-
<b>Total do passivo</b>		<b>988.755</b>	<b>243.446</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	Capital Social	(-) Ações em Tesouraria	Aumento de capital em aprovação	Reservas de Lucros			Lucros Acumulados	Total
				Reserva Estatutária	Reserva Legal	Reserva		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>88.359</b>	-	-	<b>857</b>	<b>11.556</b>	<b>4.403</b>	-	<b>105.174</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	25.172	25.172
Distribuição do lucro líquido do exercício:								
Constituição reserva legal	-	-	-	-	-	1.259	(1.259)	-
Constituição de reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	13.913	(13.913)	-
Proposta de distribuição de dividendos-RCA de 22 de maio de 2010	-	-	-	-	-	-	(10.000)	(10.000)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>88.359</b>	-	-	<b>857</b>	<b>25.469</b>	<b>5.661</b>	-	<b>120.340</b>
Aumento de capital:								
AGE de 28 de fevereiro de 2011	-	-	234.000	-	-	-	-	234.000
AGE de 30 de março de 2011	-	-	44.000	-	-	-	-	44.000
AGE de 27 de maio de 2011	-	-	18.715	-	-	-	-	18.715
Aquisição de 85.713.697 Ações Próprias Resultado líquido do exercício	-	(26.033)	-	-	-	-	-	(26.033)
Constituição Reserva Legal	-	-	-	-	-	2.555	(2.555)	-
Distribuição de Dividendos conf AGE de 29/12/2011	-	-	-	-	-	-	(23.967)	(23.967)
Constituição de reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	24.582	(24.582)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>88.359</b>	<b>(26.033)</b>	<b>296.715</b>	<b>857</b>	<b>31.336</b>	<b>8.216</b>	-	<b>399.450</b>

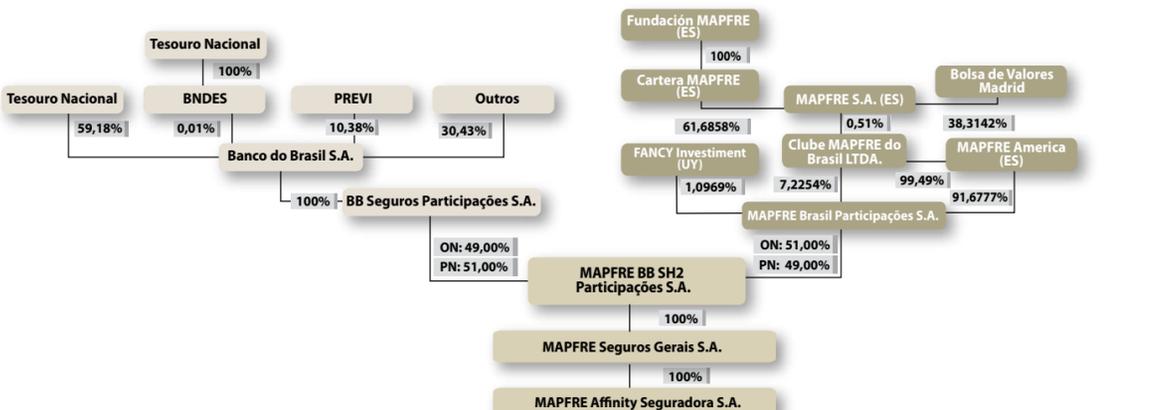
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Affinity Seguradora S.A. - "em aprovação" (anteriormente denominada "MARES - MAPFRE Riscos Especiais Seguradora S.A."), doravante referida também como "Seguradora", tem como objetivo social operar em seguros e resseguros nos ramos de vida e elementares em todo território nacional. A Seguradora está sediada na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 87.912.143/0001-58. Em 5 de maio de 2010 o Grupo MAPFRE firmou acordo de parceria com o Banco do Brasil (BB), por meio da MAPFRE Brasil Participações S.A. e do BB Seguros Participações S.A. (subsidiária integral do BB), para atuação conjunta em certos segmentos do mercado segurador. A operacionalização dessa parceria ocorreu a reorganização societária e operacional no Grupo MAPFRE, aprovada previamente pelo Conselho Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) em 28 de dezembro de 2010, por meio das cartas SUSEP/SEGER

nº 121 e 122 de 2010. Nesse contexto, as operações da MAPFRE Vida S.A. "em aprovação" (anteriormente denominada MAPFRE Vera Cruz Vida e Previdência S.A.), nos segmentos de seguros de vida foram incorporadas em março de 2011 para a MAPFRE Affinity Seguradora S.A. "em aprovação" (anteriormente denominada MARES - MAPFRE Riscos Especiais Seguradora S.A.). Os atos societários para operacionalização da parceria entre o Grupo MAPFRE e o Banco do Brasil foram concluídos em 30 de junho de 2011, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, representado por duas Sociedades Holdings, conforme composição acionária abaixo: a) BB MAPFRE SH1 Participações S.A., com foco de atuação nos segmentos de seguros de pessoas, imóveis e agrícola; b) MAPFRE BB SH2 Participações S.A., com atuação nos segmentos de seguros de danos, incluindo os seguros de veículos e excluídos dos seguros imobiliário e agrícola. A composição acionária em 31 de dezembro de 2011 era a seguinte:



## 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**a) Declaração de conformidade:** Em 29 de abril de 2011, a SUSEP emitiu a Circular nº 424 que dispõe sobre as alterações das Normas Contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2011. Essa circular homologa os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e revoga Circulares SUSEP nºs 79/08, 385/09, 406/09 e 408/10. Desta forma, as demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP 424/11 e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante denominadas "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". Este é o primeiro ano de adoção integral dos CPCs homologados pela SUSEP. As isenções adotadas e exceções obrigatórias estão relacionadas na nota explicativa 22. A Seguradora não apurou ajustes relativos aos efeitos da transição das práticas contábeis anteriormente previstas na Circular SUSEP nº 379/08 para a Circular SUSEP nº 424/11. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da sociedade holding MAPFRE BB SH2 Participações S.A. em 8 de fevereiro de 2011. **b) Comparabilidade:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de 31 de dezembro de 2010, conforme disposições da Circular nº 424, de 29 de abril de 2011. Em atendimento a esta legislação foram reclassificados os seguintes grupos: i) operações com resseguradoras (ativo) e receitas de comercialização diferidas (passivo) para ativos de resseguros; provisões técnicas; ii) receitas de comercialização diferidas (passivo) para custos de aquisição diferidos - resseguros (ativo); iii) operações de resseguros (resultado) para resultado com resseguro; e iv) custo de emissão de apólice (outras receitas e despesas operacionais) para receita com emissão de apólice. **c) Continuidade:** A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. **d) Base para mensuração:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado; ii) ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo; iii) provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP; **e) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Seguradora. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo. As transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas pelas taxa de câmbio para a moeda funcional da data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são re-convertidos pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data do balanço. Todas as diferenças são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto diferenças sobre itens temporários em moeda estrangeira que são parte de um investimento líquido em uma operação estrangeira. Essas são levadas diretamente ao patrimônio líquido até a venda do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado e as diferenças de impostos e créditos atribuíveis a diferenças cambiais sobre esses itens são também reconhecidas no patrimônio líquido, quando aplicável. **f) Uso de estimativas, julgamentos e as principais premissas contábeis:** Nas demonstrações financeiras foram registrados determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, estabelecida a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros, em consonância às normas homologadas pela SUSEP. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revistas periodicamente, e seus efeitos são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas:

- Nota 3b Ativos financeiros;
- Nota 3e Classificação dos contratos de seguros e de investimento;
- Nota 3f Mensuração dos contratos de seguros e de investimento;
- Nota 3h Custos de aquisição diferidos;
- Nota 3i Provisões técnicas;
- Nota 3j Teste de adequação dos passivos;
- Nota 7 Prêmios a receber; e
- Nota 12 e 13 Provisões judiciais.

**g) Separação entre curto e longo prazo:** A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem as seguintes premissas: • espera-se que seja realizado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da entidade; e • está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; e • espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço.

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas nos períodos apresentados nas demonstrações. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa que possuem vencimento de curto prazo e liquidez imediata. **b) Ativos financeiros:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: i) Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado, incluindo os investimentos em ações, títulos, derivativos e outros instrumentos financeiros; ii) Ativos financeiros em categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. i. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou compra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, exceto aqueles designados como instrumentos de hedge. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. Os ativos financeiros classificados ao valor justo são incorporados com derivativos que não são objeto de hedge, quando estes apresentam ganhos, e caixa e equivalentes de caixa. ii. Ativos mantidos até o vencimento: Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Seguradora tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. A Seguradora possui as contas a receber líquidos e outros créditos classificados nessa categoria. iv. Ativos disponíveis para venda: Ativos financeiros são aqueles instrumentos financeiros não derivativos que são designados nesta categoria ou que não são classificados em nenhuma das demais categorias. Na data de cada balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras. Os juros, a atualização monetária e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas no patrimônio líquido na conta de ajustes de avaliação patrimonial enquanto o ativo não for realizado, sendo reclassificadas para o resultado após a realização, líquida dos efeitos tributários. c) Instrumentos derivativos: Contratos de investimentos: A Seguradora mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados, à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos e as variações dos preços de soja e dólar associados às emissões de

prêmios dos produtos do ramo de agronegócio. As operações com derivativos são registradas e negociadas na BM&FBOVESPA. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do período e estão classificadas de outros resultados operacionais. **d) Redução ao valor recuperável:** i) Ativos financeiros: Um ativo tem perda no seu valor recuperável se um evento objetivo indica que a perda ocorreu após o reconhecimento no momento inicial do ativo financeiro. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição da perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados operacionais para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, desde que de qualquer redução a perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os prêmios de seguros também são testados quanto a sua recuperabilidade, e uma provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é calculada de forma coletiva, sendo determinada com base em critérios que levam em consideração, entre outros fatores, o histórico de perdas incorridas em períodos anteriores de contratos de seguro. **f) Mensuração dos contratos de seguros:** Para a referida provisão não é considerado nenhum componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais. ii) Ativos não financeiros: Ativos sujeitos à depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade pelo montante pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. **e) Classificação dos contratos de seguros e de investimento:** As principais definições das características de um contrato de seguro estão descritas no CPC 11 - Contratos de seguros, sendo que a SUSEP, por meio da Carta-Circular SUSEP/DECONVIGABIN nº 007/08, estabeleceu critérios para identificação de contratos de seguro e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. **g) Resseguro:** Os contratos de resseguro são classificados como contrato de seguros, pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. A transferência de riscos de seguro por meio de contratos de resseguros é efetuada no curso normal das atividades da Seguradora com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. As operações de resseguro mantidas com o IRB Brasil Resseguros S.A. (IRB) são contabilizadas com base nos movimentos operacionais e financeiros enviados pelo IRB e as operações mantidas com outros resseguradores são registradas com base em prestações de contas que estão sujeitas a análise pelos resseguradores. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado. Os valores a receber relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem ressarcidos, nos termos dos contratos de transferência de riscos e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas. Os valores a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. **h) Custos de aquisição diferidos:** Compreende as comissões relativas ao custo de aquisição de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. **i) Provisões técnicas - seguros e resseguros:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), assim resumidas: A provisão de prêmios não ganhos (PNG) é constituída pela parcela do prêmio retido correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pro rata die". A Seguradora constitui provisão relativa a riscos vigentes mas não emitidos (PUNA-PVNE), cujo valor foi determinado com base em cálculos atuariais que levaram em conta a experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atual para prêmios, provisões técnicas, comissões sobre prêmios emitidos e despesas de comercialização diferidas. A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída por estimativa de pagamentos de sinistros de 24 meses, com a média da soma dos valores apurados diariamente no mês da constituição e a PNG ou a PVNE constituída na mesma mês e no mesmo ramo, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não, recebidos ou não. É constituída provisão para cobrir os encargos futuros com a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., na conta provisão de sinistros a liquidar e provisão de sinistros ocorridos mas não avisados, com base em informes emitidos pela administração do convênio. **j) Teste de adequação dos passivos-LAT:** Conforme requerido pelo CPC 11, em cada data de balanço a Seguradora elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em vigência na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando o valor de líquido contábil todos os passivos de contratos de seguro permitidos segundo o CPC 11, deduzidos dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros que incluem despesas de aquisição diferidas e valores de negócios adquiridos - VOBA (Value of Business Acquired) originado de combinações de negócios quando aplicável. Para esse teste, a Seguradora elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de

agrícola. b) MAPFRE BB SH2 Participações S.A., com atuação nos segmentos de seguros de danos, incluindo os seguros de veículos e excluídos dos seguros imobiliário e agrícola, a qual controla esta Seguradora. A Diretoria prevê trajetória de crescimento nos segmentos em que a Seguradora opera, aproveitando, em virtude do Acordo de Parceria mencionado, a experiência e a especialização das redes comerciais da MAPFRE e do Banco do Brasil, maximizando, desta forma, as sinergias operacional e comercial das unidades de negócio e promovendo constantes melhorias nos níveis de serviços prestados aos clientes. Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros, clientes e segurados a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2012.

Diretoria

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2011	2010
Prêmios emitidos líquidos	15	704.102	224.352
(-) Variações de provisões técnicas de prêmios		(62.818)	(676)
<b>(=) Prêmios ganhos</b>		<b>641.284</b>	<b>223.676</b>
(-) Sinistros em processo de apólice		(179.506)	(171.075)
(-) Sinistros ocorridos	15	(1.115.560)	(114.102)
(-) Custos de aquisição	15	(323.500)	(60.916)
(+) Outras receitas e despesas operacionais	15	(13.289)	(2.884)
(+) Resultado com resseguro		240	(357)
(+) Receitas com resseguro		362	53
(-) Despesas com resseguro		(122)	(411)
(-) Despesas administrativas	15	(45.803)	(4.936)
(-) Despesas com tributos	15	(22.297)	(5.732)
(-) Resultado financeiro	15	25.255	6.742
(-) Resultado patrimonial		-	-
<b>(=) Resultado operacional</b>		<b>82.547</b>	<b>41.659</b>
<b>(-) Resultado antes dos impostos e participações</b>		<b>82.547</b>	<b>41.659</b>
(-) Imposto de renda	16	(19.231)	(10.076)
(-) Contribuição social	16	(12.117)	(6.312)
(-) Participações sobre o resultado		(95)	(98)
<b>(=) Lucro líquido</b>		<b>51.104</b>	<b>25.172</b>
(/) Quantidade de ações		1.485.847.180	443.957.542

A gestão dos riscos corporativos é sustentada por ferramentas estatísticas como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo de VaR, indicadores de suficiência de capital, dentre outras. Às ferramentas, adicima-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliação de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditorias. A integração destas ferramentas permite uma análise completa e integrada dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, constituíram-se os seguintes comitês:

- **Comitê Financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos de finanças. É de competência desse comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação da Administração, dentre outras, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros.
- **Comitê de Riscos e Controles Internos:** constituído com o objetivo de avaliar o nível de maturidade dos controles internos e internos e recomendar a Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.
- **Comitê Executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate a lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a alta administração respeita as áreas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre e respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição das atribuições e reportes. Além do relato do Comitê de Riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como a qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de Seguro:** A Seguradora define o risco de seguro como o risco transferido para o segurador em função da possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a incerteza. Para um contrato de seguro, o risco de sinistro é aplicado para a classificação de riscos e a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de seguros similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistro. A estratégia de diversificação de riscos, através de sinistros e programas de resseguro, com resseguradoras que possuem rating de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, parte dos riscos de crédito e subscrito aos quais a Seguradora está exposta é minimizada em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguradas elevadas. **Concentração de riscos:** As potenciais exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando determinadas concentrações em determinadas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por produto de seguro baseada no valor de prêmio líquido de resseguro.

Região geográfica	31 de dezembro de 2011					
	VIDA	%	DPVAT	%	DEMAIS	%
Centro - Oeste	4.686	1%	1.766	0%	2.185	0%
Nordeste	10.368	1%	2.908	0%	9.722	1%
Norte	-	0%	982	0%	-	0%
Sudeste	566.550	81%	26.134	4%	66.997	10%
Sul	2.362	0%	4.162	1%	2.213	0%
<b>Total</b>	<b>583.966</b>	<b>83%</b>	<b>35.952</b>	<b>5%</b>	<b>81.117</b>	<b>12%</b>

Região geográfica	31 de dezembro de 2010					
	VIDA	%	DPVAT	%	DEMAIS	%
Centro - Oeste	6.726	2%	1.574	0%	2.896	1%
Nordeste	3.532	1%	1.750	0%	3.270	1%
Norte	-	0%	315	0%	-	0%
Sudeste	168.933	48%	41.352	12%	104.721	30%
Sul	3.112	1%	7.324	2%	6.555	2%
<b>Total</b>	<b>182.303</b>	<b>52%</b>	<b>52.315</b>	<b>14%</b>	<b>117.619</b>	<b>34%</b>

**Sinistralidade do risco de seguro:** O risco de seguro é definido como a possibilidade de perdas decorrentes de falhas na precificação dos produtos de seguros bem como a inadequação em relação à estimativa das provisões técnicas. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros das seguradoras com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise de sensibilidade as provisões técnicas de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados - IBNR - e de Insuficiência de Prêmios - PIP. Para isto foram simulados cenários, conforme descrito abaixo, e como estes cenários afetariam o resultado e o patrimônio líquido apresentados nesta demonstração financeira: (a) Provisões Técnicas: recálculo do saldo das provisões técnicas com alteração nas principais premissas utilizadas no cálculo: 1) IBNR: possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou um agravamento nos fatores de IBNR relativo ao desenvolvimento dos sinistros, com base na variabilidade média desses fatores. 2) PIP: Agravamento de 5% na premissa de sinistralidade utilizada. O resultado obtido demonstra que mesmo com uma elevação de 5% na sinistralidade a Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNCG - é mais do que suficiente para a cobertura dos sinistros e despesas futuras. (b) Sinistralidade: total de sinistros ocorridos com uma elevação de 5% na sinistralidade da carteira. (c) Taxa de Juros: rendimento financeiro com uma redução de 1% na taxa de juros. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de Risco	Sensibilidade	Impacto no Patrimônio Líquido	
		2011	2010
<b>a. Provisões Técnicas</b>	Alteração das principais premissas das provisões técnicas	(3.904)	(1.590)
<b>a1. IBNR</b>	Coefficiente de Variação dos Fatores de IBNR	(3.904)	(1.590)
<b>a2. PIP</b>	Agravamento de 5% na premissa de sinistralidade	-	-
<b>b. Sinistralidade</b>	Aumento Como uma redução de 5% na sinistralidade	(4.997)	(5.714)
<b>c. Taxa de Juros</b>	Redução afetaria o exercício	(4.741)	(1.771)

**Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar, substancialmente, por meio dos seguintes fatos: a) Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados; b) Possibilidade de algum emissor de títulos privados não honrar com o pagamento devido ao vencimento; c) Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões por emissor e corretores quando as apólices forem canceladas; e d) Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos corretores, resseguradores, intermediários ou outras contrapartes. **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de risco a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de risco decorridos a exposição é maior uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição significativa ao risco de crédito, uma vez que a Seguradora opera com diversos tipos de produtos. A Administração adota políticas de controle conservadoras para análise de crédito. Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletidas nos atribuídos por agências classificadoras. **Gerenciamento do Risco de Crédito:** Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos. A política financeira prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de rating mínimo "A" para alocação. Alguns fatos de atenção para o risco de crédito são evitar a concentração de negócios em resseguradores, em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou em regiões geográficas. O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por Seguradoras avaliadoras de riscos, tais como Standard & Poor's e Moody's. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros, e são determinadas através de norma interna. A Seguradora efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Rating dos resseguradores dos contratos automáticos:**

Resseguradora	Percentual de cessão	Rating
IRB BRASIL RESSEGUROS S.A.	100,0%	Sem Rating
	2011	2010
	Valor Contábil	Valor Contábil
<b>I. Ativos designados pelo valor justo por meio de resultado</b>	<b>174.484</b>	<b>60.475</b>
AAA	145.621	35.037
AA+	-	-
AA	28.863	25.438
<b>II. Títulos mantidos até o vencimento</b>	<b>143.809</b>	<b>30.866</b>
AAA	143.809	28.426
AA	2.440	2.440
<b>Total geral</b>	<b>318.293</b>	<b>91.341</b>

**Risco de liquidez:** O risco de liquidez é o risco de não ter acesso a recursos financeiros para iniciar uma operação ou honrar seus compromissos. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa, considerando também os passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Gerência Financeira e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (ALM), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. **Composição de prêmios a receber por decurso de prazo:**

Prêmios vindentes	31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2010	
	Prêmios vindentes	Prêmios vencidos	Prêmios vindentes	Prêmios vencidos
De 1 a 30 dias	-	106.184	-	102
De 31 a 60 dias	-	682	-	15
De 61 a 120 dias	-	1.651	-	6
De 121 a 180 dias	-	575	-	11
De 181 a 365 dias	-	2.334	-	118
Superior a 365 dias	-	17.588	-	5.777
<b>Total</b>	-	<b>188.837</b>	-	<b>22.706</b>

**Composição por prazo e por título:** Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo e por título. Os ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com o vencimento dos títulos.

Títulos	2011					2010	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Contábil	Valor Mercado	Valor Contábil
<b>I. Ativos designados pelo valor justo por meio de resultado</b>	<b>85.386</b>	<b>15.167</b>	<b>11.970</b>	<b>61.961</b>	<b>174.484</b>	<b>174.484</b>	<b>60.475</b>
Carteira própria	-	-	-	-	-	-	-
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	19.114	19.114	139
Quotas e fundos especialmente constituídos - DPVAT	-	-	-	-	28.863	28.863	25.432
<b>Fundos Exclusivos</b>	-	-	-	-	-	-	-
Opções de futuros	-	21	-	-	21	21	7
Over	39.594	-	-	-	39.594	39.594	18.699
Títulos da dívida agrária	35	2.602	11.970	42.847	57.454	57.454	16.166
Swap	40	-	-	-	40	40	32
Fundos de investimentos - abertos/outras	16.854	12.544	-	-	29.398	29.398	-
<b>II. Títulos mantidos até o vencimento</b>	<b>10.217</b>	-	-	<b>133.592</b>	<b>143.809</b>	<b>156.805</b>	<b>30.866</b>
Carteira própria	-	-	-	-	-	-	-
Certificados de depósitos bancários	-	-	-	-	4.394	4.394	3.920
<b>Fundos exclusivos</b>	-	-	-	-	-	-	-
Certificados de depósitos bancários	-	-	-	-	2.706	2.706	-
Notas do tesouro nacional	10.217	-	-	-	126.492	136.709	26.946
<b>Total geral</b>	<b>95.603</b>	<b>15.167</b>	<b>11.970</b>	<b>195.553</b>	<b>318.293</b>	<b>331.289</b>	<b>91.341</b>

**Impacto no Patrimônio Líquido**

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Elevação da taxa de juros	758	(167)
Redução da taxa de juros	739	168
<b>Riscos operacionais:</b> Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões gerencialmente aceitos de comportamento empresarial. Na Seguradora, a gestão dos riscos operacionais é realizada com foco na identificação, avaliação e resposta às ameaças, externas e internas, aos objetivos estratégicos e às operações. Dessa forma, a Seguradora mantém atualizadas as atividades de controle de prevenção de riscos não aceitos e de detecção de riscos residuais. Todo o processo de avaliação de riscos operacionais é desenvolvido pela área de Controles Internos Corporativos, que segue as orientações da holding Riskmap, mas atua de forma independente no Brasil. A partir de um aplicativo exclusivo denominado <i>Espinhola@</i> , cerca de 600 fatores de risco são previamente identificados, distribuídos por tipos de risco, por áreas de risco e por processos e subprocessos operacionais. Cada um dos fatores de risco é avaliado periodicamente pela maioria dos gestores, por meio de um processo de <i>control-self assessment</i> , que resulta em mapas de risco que permitem visualizar variáveis como probabilidade de ocorrência, importância relativa e grau de controle de cada risco avaliado. A partir daí, são estabelecidas ações para manter em equilíbrio os níveis das três variáveis, estabelecidos em cinco graus (de muito baixo a muito alto). Além de serem obtidos por tipo de risco, por processo ou por subprocesso, os mapas de risco também podem ser visualizados desde um setor de negócio (Automóvel, Vida, Ramos Elementares, Garantia, Previdência, etc.), de uma atividade de <i>back-office</i> (Recursos Humanos, Jurídico, Controladoria, Investimentos, etc.) ou até de uma posição consolidada do Grupo, passando em cada uma das empresas que o compõem. <b>Gestão de Capital:</b> O principal objetivo da Seguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retornos sobre capital para os acionistas. Durante o período de reporte, e em períodos anteriores, a Seguradora não manteve nível de capital abaixo dos requerimentos mínimos regulatórios. O Capital Mínimo Requerido para o funcionamento das seguradoras é constituído da capital base (montante fixo de capital) e um capital adicional (valor variável) e somados, visam garantir os riscos inerentes às operações. A Seguradora apura o Capital Mínimo Requerido (CMR) conforme requerimentos da Resolução CNSP 227 de 06 de dezembro de 2010.		

	2011	2010
Patrimônio Líquido	399.450	120.346
Participação em sociedades	(170)	(194)
Despesas antecipadas	(1)	(1)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais	(1.171)	-
Intangível	(347)	-
<b>Patrimônio líquido ajustado (a)</b>	<b>397.761</b>	<b>120.151</b>
0,20 vezes da receita líquida de prêmios emitidos nos últimos 12 meses	140.821	44.791
0,33 vezes da receita líquida total dos sinistros retidos dos últimos 36 meses	41.169	27.289
<b>Margem de Solvência (b)</b>	<b>140.821</b>	<b>44.791</b>
Capital Base	15.000	15.000
Capital Adicional de Subscrição	182.422	40.170
Capital Adicional de Crédito	12.125	-
<b>Capital Mínimo Requerido (c)</b>	<b>209.547</b>	<b>55.170</b>
Exigência de capital - EC maior entre (b) ou (c)	209.547	55.170
<b>Suficiência de capital (a - c)</b>	<b>188.214</b>	<b>64.979</b>
<b>Suficiência de capital (% da EC)</b>	<b>89,8%</b>	<b>117,78%</b>

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o cálculo do Capital Mínimo Requerido é calculado conforme requerimentos da Resolução CNSP 227 de 06 de dezembro de 2010.

**5. APLICAÇÕES**

**Resumo da classificação das aplicações financeiras**

	2011	2010
<b>I. Ativos designados pelo valor justo por meio de resultado</b>	<b>174.484</b>	<b>60.475</b>
Carteira própria	-	-
Letras financeiras do tesouro	19.114	139
Quotas e fundos especialmente constituídos - DPVAT	28.863	25.432
<b>Fundos Exclusivos</b>	-	-
Opções de futuros	21	7
Over	39.594	18.699
Títulos da dívida agrária	57.454	16.166
Swap	40	32
Fundos de investimentos - abertos/outras	29.398	0,0%
<b>II. Títulos mantidos até o vencimento</b>	<b>143.809</b>	<b>31.118</b>
Carteira própria	-	-
Certificados de depósitos bancários	4.394	3.920
<b>Fundos exclusivos</b>	-	-
Certificados de depósitos bancários	2.706	0,0%
Notas do tesouro nacional	136.709	26.946
<b>Total</b>	<b>318.293</b>	<b>91.593</b>

Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores mobiliários em 31 de dezembro 2011 e 31 de dezembro de 2010. Demonstramos abaixo a movimentação das aplicações financeiras, exceto os saldos referentes ao Convênio DPVAT, entre 31 de dezembro de 2011 e 2010:

**Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2010** 91.593

(+) Aplicação 636.910

(-) Resgates (443.584)

(-) Rendimentos 25.795

**Saldo Final em 31 de dezembro de 2011** 310.714

**a) Determinação do valor justo:** Valor justo dos ativos financeiros é o montante pelo qual um ativo pode ser negociado em um mercado líquido, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado no **valor justo**. A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando o método de avaliação por níveis. Os diferentes níveis foram definidos conforme segue:

- **Nível 1:** títulos com cotação em mercado ativo;
- **Nível 2:** títulos não cotados nos mercados a brandidos no "Nível 1", mas cuja precificação é direta ou indiretamente observável;
- **Nível 3:** títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

Títulos	2011			2010		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
<b>I. Ativos designados pelo valor justo por meio de resultado</b>	<b>174.484</b>	-	<b>174.484</b>	<b>60.475</b>	-	<b>60.475</b>
Carteira própria	-	-	-	-	-	-
Letras financeiras do tesouro	19.114	-	19.114	139	-	139
Quotas e fundos especialmente constituídos - DPVAT	28.876	-	28.876	25.432	-	25.432
<b>Fundos Exclusivos</b>	-	-	-	-	-	-
Opções de futuros	21	-	21	7	-	7
Over	39.581	-	39.581	18.699	-	18.699
Títulos da dívida agrária	57.454	-	57.454	16.166	-	16.166
Swap	40	-	40	32	-	32
Termo do tesouro	12.544	-	12.544	-	-	-
Fundos de investimentos - abertos/outras	16.854	-	16.854	-	-	-
<b>II. Títulos mantidos até o vencimento</b>	<b>136.709</b>	<b>7.100</b>	<b>143.809</b>	<b>27.198</b>	<b>3.920</b>	<b>30.866</b>
Carteira própria	-	-	-	-	-	-
Certificados de depósitos bancários	-	4.394	4.394	-	3.920	3.920
<b>Fundos exclusivos</b>	-	-	-	-	-	-
Certificados de depósitos bancários	-	2.706	2.706	-	-	-
Notas do tesouro nacional	136.709	-	136.709	27.198	-	27.198
<b>Total geral</b>	<b>311.193</b>	<b>7.100</b>	<b>318.293</b>	<b>87.673</b>	<b>3.920</b>	<b>91.593</b>

**6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

Os instrumentos financeiros derivativos estão registrados na carteira de fundos de investimento exclusivos. Em 31 de dezembro de 2011 a Seguradora possuía contratos de opções de futuros DI, cujos valores referenciados totalizavam R\$ 40 (R\$ 32 em 2010) e contratos de Swap-Dólar x DI, DI x Dólar, cujos valores referenciados totalizavam R\$ 24.976 em 2010. O diferencial a receber dos contratos de Swap a valor de mercado em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 524 (R\$ 691 em 2010), os valores a receber de opções de futuros totalizam o valor de R\$ 21 (R\$ 7 em 2010). A Seguradora utiliza o mercado de derivativos para realizações de operações ativas e para proteção (hedge), visando sempre a redução da exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. O uso de derivativos frequentemente é associado a operações com títulos públicos, privados e ações (valores mobiliários). O monitoramento dos riscos das operações realizadas no mercado de derivativos é feita de forma ativa e constante, com políticas rígidas de controle, estratégias previamente estabelecidas e aprovadas de acordo com a Política de Investimentos adotada GRUPO SEGURADORA E MAPFRE. Os limites são sempre pré-determinados, ou seja, todas as operações são submetidas a uma rigorosa análise de "Stress Testing" e confrontadas com a política de controle de risco adotada de "Stop Loss", sendo utilizados os modelos de "Value At Risk" e "Stress Testing" para o monitoramento das posições. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos "Mark to Market" são definidos pelo administrador das carteiras e custodiante, BEM DTVM (100% Grupo Bradesco) e Banco Bradesco S.A., respectivamente, que utilizam as curvas e taxas da ANBIMA e BM&FBOVESPA para os cálculos e a precificação através das metodologias convencionais e comumente aceitas pelo mercado e de acordo com o código de auto-regulação. A área de risco da MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. confronta diariamente os resultados obtidos pelo administrador, a fim de se consolidar os resultados obtidos. As operações dos instrumentos financeiros derivativos são custodiadas, registradas e negociadas na BM&FBOVESPA S.A. Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros na CETIP S.A. - Mercados Organizados e na CBLC - Seguradora Brasileira de Liquidação e Custódia, instituições de "Clearing" de alta confiabilidade e renome no mercado.

**7. MOVIMENTAÇÃO DE PRÊMI**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010** (Em milhares de reais)

Social. **ii. Outras informações:** Não são efetuados pela Seguradora empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros da Administração ou da Diretoria e seus familiares, conforme legislação em vigor. As transações com empresas relacionadas foram realizadas em condições normais de mercado em relação a preços, prazos e taxas contratadas. **iii. Participação Acionária:** Os membros da Administração e da Diretoria da Seguradora não possuem individualmente ou em conjunto participação acionária na Seguradora em 31 de dezembro de 2011.

**18. PLANOS DE APOSENTADORIA COMPLEMENTAR**

A Seguradora proporciona plano de previdência complementar aos diretores, que é administrado pela MAPFRE Vida S.A., cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida.

**19. INCORPORAÇÃO DA PARCELA CINDIDA**

Em 5 de maio de 2010 o Grupo MAPFRE firmou acordo de parceria com o Banco do Brasil para atuação conjunta no mercado segurador nos segmentos de pessoas, ramos elementares e automóvel. A operacionalização dessa parceria requer a reorganização societária da área de seguros, da MAPFRE, no qual se inclui esta seguradora. Nesse contexto, parte das operações da MAPFRE Vida S.A. - "em aprovação" (anteriormente denominada "MAPFRE Vera Cruz Vida e Previdência S.A."), nos segmentos de seguros de pessoas, foram transferidas em março de 2011 para a Seguradora. Em 28 de dezembro de 2010, a SUSEP aprovou previamente a reorganização operacional e societária por meio das cartas SUSEP/SEGER nº 121 e 122 de 2010. As alterações serão processadas tão logo obtidas deliberações dos acionistas. A cisão foi efetivamente registrada com os saldos contábeis de 28 de fevereiro de 2011. Os direitos e obrigações relacionados às transferências conforme contrato celebrado entre as partes são: a) Assumir as garantias previstas nas Condições Gerais, Especiais e Particulares das carteiras de seguros transferidas, estabelecer preços, avaliar riscos, fazer cotação, administrar e desempenhar todos os deveres de uma Seguradora seguradora, com relação ao seguro; b) Processar, ajustar, pagar ou recusar as indenizações previstas nas apólices/certificados individuais, de acordo com a legislação aplicável, e nos termos das Condições Gerais, Especiais e Particulares dos respectivos seguros; e c) Prestar atendimento pós-venda ao cliente/segurado, mantendo serviço de atendimento ao cliente. Segue quadro demonstrativo do balanço dos valores cindidos:

Cisão da operação de <i>Affinity</i>			
Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>	<b>124.062</b>	<b>Contas a pagar</b>	<b>710</b>
Prêmios a receber	119.387	Impostos e encargos sociais a recolher	277
Outros créditos operacionais	4.883	Outras contas a pagar	433
(-) Provisão para riscos de crédito	(208)	<b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b>	<b>71.333</b>
<b>Despesas de comercialização diferidas</b>	<b>281.235</b>	Operações com seguradoras	2.082
Seguros e resseguros	281.235	Corretores de seguros e resseguros	69.251
<b>Despesas de resseguro e retrocessões diferidas</b>	<b>56</b>	<b>Provisões técnicas - seguros e resseguros</b>	<b>281.877</b>
<b>Total circulante</b>	<b>405.353</b>	<b>Ramos elementares e vida em grupo</b>	<b>281.877</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>182.567</b>	Provisão de prêmios não ganhos	233.941
<b>Aplicações</b>	<b>182.483</b>	Provisão de sinistros a liquidar	13.259
Cisão de Recursos Financeiros	182.483	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	16.345
<b>Títulos e créditos a receber</b>	<b>84</b>	Provisão complementar de prêmios	18.332
Créditos tributários e previdenciários	84	<b>Total circulante</b>	<b>353.920</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>182.567</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>234.000</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>587.920</b>	<b>Total do passivo</b>	<b>587.920</b>

**20. ISENÇÕES ADOTADAS E EXCEÇÕES OBRIGATORIAS**

Para os períodos anteriores, incluindo o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, as demonstrações financeiras foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Superintendência de Seguros Privados e pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09). A Seguradora adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC aprovados pela SUSEP no que não contrariem os requerimentos do órgão regulador, consequentemente, as demonstrações financeiras estão de acordo com as exigências da Autarquia. Abaixo listamos a exceção adotada pela Seguradora referente às isenções

obrigatórias e opcionais a serem consideradas no primeiro ano de adoção das normas IFRS: Avaliação de contratos de seguros - a Seguradora adotou os requerimentos do CPC 11 - "Contratos de Seguros", que permite a manutenção de certas práticas contábeis utilizadas anteriormente, após o cumprimento de certos requerimentos mínimos do CPC, tais como classificação de contratos e teste de adequação dos passivos ("Liability Adequacy Test" conforme definido no IFRS 4), obrigatórios para os contratos que atendem a definição de "contrato de seguro" tal como definido naquele pronunciamento. A Administração aplicou as disposições transitórias do CPC 11 para limitar aos últimos cinco anos as divulgações de informações sobre o desenvolvimento de sinistros. A Seguradora não identificou ajustes no patrimônio líquido e resultado em decorrência das alterações promovidas pela Circular SUSEP nº 424/11. A adoção antecipada dos pronunciamentos internacionais ou a adoção de alternativas neles previstas está condicionada à aprovação prévia da SUSEP por meio de ato normativo. Na data de emissão das demonstrações financeiras, a Seguradora decidiu não adotar de maneira antecipada as seguintes normas e interpretações que foram emitidas pelo IASB, mas que não entraram em vigor até 31 de dezembro de 2011. É importante destacar que estas normas e interpretações não foram emitidas ainda pelo CPC e que consequentemente não se encontram aprovadas pela SUSEP: • IAS 12 (Revisada) "Imposto de renda": em vigor para períodos que comecem em 01 de janeiro de 2012. • IFRS 7 (Revisada) "Instrumentos financeiros": informações a divulgar em vigor para exercícios que comecem a partir de 01 de julho de 2011. • IFRS 9 (Revisada) "Instrumentos Financeiros": em vigor para exercícios que comecem a partir de 01 de janeiro de 2013. • IAS 19 (revisada) "Benefícios a empregados": tendo vigência obrigatória para todos os exercícios que iniciem a partir de 01 de janeiro de 2013. • IFRS 10 "Demonstrações Financeiras Consolidadas": tendo vigência obrigatória para exercícios que iniciem a partir de 01 de janeiro de 2013. • IFRS 11 "Operações conjuntas": tendo sua vigência obrigatória para exercícios que iniciem a partir de 01 de janeiro de 2013. • IFRS 12 "Informações a serem divulgadas sobre participações em outras sociedades": tendo sua vigência obrigatória para exercícios que iniciem a partir de 01 de janeiro de 2013. • IAS 27 (revisada) "Demonstrações financeiras individuais": tendo vigência obrigatória para exercícios que iniciem a partir de 01 de janeiro de 2013. • IAS 28 (revisada) "Investimentos em associadas e combinação de negócios": tendo vigência obrigatória para exercícios que iniciem a partir de 01 de janeiro de 2013. • IFRS 13 "Mensuração de valor justo": tendo vigência obrigatória para exercícios que iniciem a partir de 01 de janeiro de 2013. A Seguradora não identificou ajustes no patrimônio líquido e resultado em decorrência das alterações promovidas pela Circular SUSEP nº 424/11.

**21. OUTRAS INFORMAÇÕES**

Conforme permite o artigo 14 da Resolução CNSP nº 118 de 22 de dezembro de 2004, o Comitê de Auditoria foi criado na seguradora líder, MAPFRE Seguros Gerais S.A., a qual publica o respectivo resumo do relatório em conjunto com suas demonstrações financeiras, que também referenda as operações da Seguradora.

**PARECER ATUARIAL**

Aos Senhores Administradores e Acionistas da **MAPFRE Affinity Seguradora S.A.** "em aprovação" (anteriormente denominada MARES - MAPFRE Riscos Especiais Seguradora S.A.) - CNPJ 87.912.143/0001-58. **1.** Informamos que elaboramos a Avaliação Atuarial das Provisões Técnicas e dos demais aspectos atuariais da **MAPFRE Affinity Seguradora S.A.** "em aprovação" com data base de 31 de dezembro de 2011, conforme estabelecido nas Circulares SUSEP nº 272/2004, 410/2010 e na Resolução CNSP nº 135/2005. A nossa responsabilidade é a de emitir um Parecer Atuarial sobre as provisões técnicas, limites de retenção e demais aspectos atuariais analisados na avaliação atuarial.

**2.** Todas as Provisões Técnicas registradas no balanço patrimonial da **MAPFRE Affinity Seguradora S.A.** "em aprovação", referentes a 31 de dezembro de 2011, foram avaliadas, e correspondem à provisão de

prêmios não ganhos, provisão de sinistros não ganhos para riscos vigentes mas não emitidos, provisão complementar de prêmios, provisão de sinistros a liquidar e provisão de sinistros ocorridos mas não avisados. **3.** Com a comprovação de suficiência na Provisão de Prêmios Não Ganhos, não houve necessidade da constituição da Provisão de Insuficiência de Prêmios devido ao equilíbrio técnico-atuarial da carteira. **4.** Nossa avaliação foi conduzida de acordo com as metodologias atuariais e estatísticas conhecidas e aplicáveis no Brasil, internacionalmente aceitos, e compreenderam em analisar a adequação das Provisões Técnicas constituídas e a movimentação da carteira por ramo de seguro. Assim, verificamos a precisão dos dados, a metodologia e consistência das Provisões Técnicas constituídas, bem como a movimentação na carteira por tipo de ramo de seguro, durante o período compreendido entre 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

**5.** Com base nos estudos efetuados, as Provisões Técnicas acima referidas apresentam-se adequadas em todos os aspectos relevantes no que diz respeito às melhores práticas atuariais e estão refletidas em demonstrações financeiras. **6.** Este Parecer é parte integrante do Relatório de Avaliação Atuarial.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2012.

**Jabis de Mendonça Alexandre**  
Diretor Responsável Técnico

**Vera Lúcia Fernandes Lopes**  
Atuária Responsável Técnica MIBA nº 817

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas da **MAPFRE Affinity Seguradora S.A.** - "em aprovação" (anteriormente denominada **MARES - MAPFRE Riscos Especiais Seguradora S.A.**) - CNPJ 87.912.143/0001-58. Examinamos as demonstrações financeiras individuais da **MAPFRE Affinity Seguradora S.A.** ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras**

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos Auditores Independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Base para Opinião com Ressalva**

A Seguradora registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e pela Superintendência de Seguros Privados, que requerem a constituição da Provisão Complementar de Prêmios - PCP, conforme divulgado na Nota 3 h. Como poder ser aferido de sua fórmula de cálculo, a PCP não é constituída com base nos riscos vigentes na data de sua constituição ou na data do encerramento das demonstrações financeiras e, portanto, não representa um desembolso futuro nem uma obrigação efetiva da Seguradora, decorrentes de

contratos de seguros em vigor. Como consequência do registro da PCP o patrimônio líquido está subavaliado em 31 de dezembro de 2011 em R\$ 28.946 mil, líquidos de resseguro, sendo R\$ 16.021 mil líquidos dos efeitos tributários, e o resultado do exercício findo em 2011 está subavaliado em R\$ 2.493 mil, sendo R\$ 1.380 mil, líquidos dos efeitos tributários.

**Opinião com Ressalva**

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **MAPFRE Affinity Seguradora S.A.** em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2012.

**ERNST & YOUNG TERCO**  
Quality In Everything We Do  
**ERNST & YOUNG TERCO**  
**Auditores Independentes S.S.**  
CRC-2SP015199/0-6

**Patrícia Di Paula da Silva Paz**  
Contador CRC-1SP198827/0-3

**DIRETORIA**

Diretor Presidente  
**Marcos Eduardo dos Santos Ferreira**

Diretor Vice-Presidente  
**Roberto Barroso**

**Alencar Rodrigues Ferreira Júnior**  
**Benedito Luiz Alves Dias**  
**Carlos Alberto Landim**  
**Dirceu Tiegs**

**Diretores**

**Jabis de Mendonça Alexandre**  
**Luiz Gustavo Braz Lage**  
**Maurício Gallan**  
**Paulo Euclides Bonzanini**  
**Wady José Mourão Cury**

Contadora  
**Simone Pietretti Gonçalves**  
CRC 1SP183717/0-5

Atuária  
**Vera Lúcia Fernandes Lopes**  
Registro MIBA nº 817

# O ano em que o mundo descobriu o Brasil também foi o ano em que o Brasil ganhou um dos maiores grupos seguradores do mundo.

# GRUPO SEGURADOR

# BBB MAPFRE

GRUPO SEGURADOR



Uma nova geração de seguros.